



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638280 - SE (2021/0000453-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA
ADVOGADO : WASHINGTON DE ANDRADE OLIVEIRA - PB022768
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : CICERO BRUNO DA SILVA MENEZES (PRESO)
CORRÉU : GILMARA APARECIDA OLIVEIRA SANTOS
CORRÉU : GIVALDO OLIVEIRA SANTOS
CORRÉU : HELDER JUNIOR MARQUES AZEVEDO
CORRÉU : JOAN FRANCA PINHEIRO
CORRÉU : DAVI CESAR MACEDO DA LAPA
CORRÉU : BRUNO SANTOS DE LIMA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CICERO BRUNO DA SILVA MENEZES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (HC n. 202000331627).

O paciente foi condenado à pena de 14 anos de reclusão em regime fechado como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/06.

Alega o impetrante que a pena-base foi indevidamente exasperada, em razão da ausência de fundamentação idônea do *decisum* condenatório quanto à aplicação das duas circunstâncias desfavoráveis, quais sejam a culpabilidade e circunstância do crime, a quais seriam, no seu entender, inerentes do tipo penal. Irresigna-se, ainda, em relação ao *quantum* da pena aplicada, uma vez que teria sido aplicada em desacordo com o entendimento segundo o qual, para cada circunstância judicial negativa, aumenta-se 1/6 do mínimo em abstrato.

Requer a concessão da ordem, "visto a ilegalidade na fundamentação da sentença proferida pela autoridade coatora, sendo necessário absolver, haja vista a falta das juntadas das mídias, o que acarretou cerceamento de defesa, numa possibilidade muito remota, entenda diferente, que proceda com ADEQUAÇÃO da pena aos parâmetros legais, nos crime tráfico de drogas e associação ao tráfico, conforme o prudente critério dessa Egrégia Corte".

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Da decisão do Desembargador relator extrai-se:

Em que pese exista alegação de erro judiciário, a concessão da ordem exige análise do feito para aferição do quanto alegado em relação à alteração do regime inicial de cumprimento da pena, de sorte que não se pode afirmar, de plano, flagrante ilegalidade. Assim, não é pela via do Habeas Corpus que a matéria suscitada devesse ser analisada, quando há recurso próprio previsto na legislação penal.

Registre-se que 'a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado' (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020)".

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente